



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11166 - Resumo Expandido - Trabalho - XVI Reunião da Anped Centro-Oeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 23 - Gênero, Sexualidade e Educação

O CURRÍCULO E A PEDAGOGIA DO “BANHEIRO NEUTRO” EM UMA
UNIVERSIDADE PÚBLICA DO CENTRO-OESTE BRASILEIRO

Tiago Duque - UFMS/Campus de Campo Grande - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPq

O CURRÍCULO E A PEDAGOGIA DO “BANHEIRO NEUTRO” EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA DO CENTRO-OESTE BRASILEIRO

Palavras Chaves: Banheiro. Currículo. Pedagogia. Universidade. Sexo

Os espaços arquitetônicos têm currículos e pedagogias de diferentes ordens, inclusive de “sexo”, gênero e sexualidade. Considerando isso, uma experiência entre tantas outras tem chamado a nossa atenção: a repercussão da implementação de “banheiros neutros” em uma universidade federal do centro-oeste brasileiro. Para analisar o currículo e a pedagogia do “banheiro neutro” nesse referido contexto, utilizamos da etnografia on-line. A perspectiva teórica é a identificada como pós-crítica em Educação (MEYER; PARAÍSO, 2014). Teórico-metodologicamente estamos entendendo etnografia on-line como um modo particular e etnografar na “era digital” (MISKOLCI, 2017). Utilizamos no ambiente on-line o que é próprio da etnografia off-line (tradicional): caderno de campo, imersão na realidade estudada, descrição da experiência e dos envolvidos, sistematização das informações e análise dos dados (NOVELI, 2010).

Com isso, frequentamos ambientes on-line públicos onde materiais são disponibilizados por meio de acesso livre. Estamos atentos às questões éticas (NUNES, 2019), por isso, não informaremos a instituição e as pessoas envolvidas – preservaremos as fontes

on-line usadas para que essas identidades não sejam identificadas. Reunimos, a partir de buscas no ambiente on-line, textos jornalísticos, documentos oficiais, comentários na mídia, vídeos de telejornais, fotografias e outros materiais midiáticos sobre o “banheiro neutro” da referida instituição de ensino. Em um primeiro momento, abordaremos sobre currículo e pedagogia, especialmente no que se referem às questões de gênero e sexualidade. Posteriormente, discutiremos a experiência e a repercussão do referido banheiro a partir dos dados levantados. Por fim, buscaremos concluir respondendo à pergunta que norteia esse estudo: qual o currículo e a pedagogia do “banheiro neutro” em uma universidade pública no centro-oeste brasileiro?

Quando nos referimos a currículo e a pedagogia não nos referimos àqueles ligados à instituição escolar em si, eles não estão restritos às escolas ou universidades (SILVA, 1999). Ainda que o “banheiro neutro” esteja em uma instituição de ensino superior, o que nos interessa é o que a sua existência produz em termos de ensino-aprendizagem no nível mais amplo do que a instituição em si (ANDRADE; COSTA, 2017). Afinal, sabemos que essas pedagogias e currículos “produzem valores e saberes; regulam condutas e modos de ser, fabricam identidades e representações, constituem certas relações de poder” (SABAT, 2001, p. 9). A ideia é a de pôr em questão o currículo no seu efeito de nos fazer conhecer determinadas coisas e não outras (LOURO, 2004). Isso implica discutir pedagogias de gênero e sexualidade, entendendo o currículo como um “espaço de significação”, isto é, como processos de formação de identidades sociais (SILVA, 2001).

Para além da compreensão do “banheiro neutro” ser, nas palavras de uma acadêmica trans, “uma conquista”, parte das repercussões da sua implementação tem ligação direta com recusas históricas de reconhecimento de “sexo”, gênero e sexualidade que o antecede. Por isso, a primeira notícia divulgada na mídia sobre a iniciativa não apenas informava sobre ela, como relatava a polêmica que o banheiro já está envolvido. Comumente, o “banheiro neutro” é entendido como uma “ameaça” à segunça da população em geral, que não se identifica como vulnerável ao usar os banheiros separados como masculino ou feminino. Contudo, não há neutralidade quando estamos tratando de produções culturais em termos de artefatos arquitetônicos por não existir artefato fora de relações históricas de poder. Tal suposta “neutralidade” do banheiro nos causa certo estranhamento teórico-político, afinal, o entendemos aqui curricularmente e pedagogicamente como um artefato cultural, isto é, um “local pedagógico” de gênero e sexualidade onde o poder se organiza e se exercita (STEINBERG, 1997).

Enquanto artefato cultural, os banheiros, sendo eles tidos como “neutros” ou não, são próteses arquitetônicas que garantem parte da inteligibilidade de “sexo”, gênero e sexualidade. São tecnologias protéticas, isto é, um “acontecimento de incorporação”, como tantas outras zonas de produção do gênero e do “sexo”, nada neutras (PRECIADO, 2018). Isso porque estamos compreendendo “sexo” aqui como “parte de uma prática regulatória que produz os corpos que governa” (BUTLER, 2001, p.153). “O ‘sexo’ é, pois, não simplesmente aquilo que alguém tem ou uma descrição estática daquilo que alguém é” (BUTLER, 2001,

p.153). No processo curricular e pedagógico da cultura o “sexo” é “uma das normas pelas quais o ‘alguém’ simplesmente se torna viável, é aquilo que qualifica um corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade cultural” (BUTLER, 2001, p. 154-155). Inteligibilidade essa que implica não só em um determinado gênero, como também em uma determinada sexualidade.

Nesse sentido, parte da polêmica em torno da iniciativa institucional da universidade que o implementou tem relação direta com uma não-neutralidade em relação às essas questões de poder e inteligibilidade cultural, afinal, o referido sanitário, segundo um dos textos jornalísticos encontrados, é destinado “sem preconceito” a pessoas trans, não binárias e intersex. Diferentes notícias e vídeos jornalísticos reproduzem essa ideia associada a imagens da placa do banheiro, onde se lê na cor branca, no fundo azul claro: “banheiro neutro” (em português, inglês e espanhol). Compõe a identificação pictogramas de um homem (silhueta de cabelos curtos e calça comprida), uma mulher (silhueta de cabelos compridos e saia) e uma terceira pessoa (silhueta em que metade é um homem e outra uma mulher conforme aqui descrito). Considerando essa identificação do espaço arquitetônico, sabemos que a iniciativa está produzindo pedagogicamente currículos não tradicionais de significados “sexo”, gênero e sexualidade. Portanto, em um contexto de inteligibilidade binária, fixa e naturalizada da diferença sexual (LAQUEUR, 2001), esse artefato aponta para a política identitária em termos de “sexo”, gênero e sexualidade que multiplica as possibilidades interpretativas e culturalmente conceituais da “natureza” inteligível do corpo sexuado.

O investimento da instituição de ensino parece ser apenas nas placas das portas, isso porque a placa anterior retirada era maior do que atual, deixando a pintura descascada sob a nova placa já descrita aqui. Assim, não ocorreu reformas ou adaptações, mas novo emplacamento. Por isso, a permanência de mictórios é um dos sinais possíveis do que temos chamado de continuidade cultural (não em uma ideia simplista de reprodução) em torno do que entendemos sobre “sexo”, gênero e sexualidade. Estamos nos referindo ao que escreveu Preciado (2019) em relação à arquitetura dos banheiros públicos masculinos que, desde o princípio do século XX, produziu essa separação: urinar-em-pé-mictório/defecar-sentado-vaso sanitário. Para o autor, essa é uma produção eficaz da masculinidade heterossexual porque ela depende da separação imperativa de genitalidade e analidade, permitindo que o homem urine visivelmente diante de outros na posição em pé no mictório, mas para defecar tenha que entrar sozinho no compartimento onde está o vaso sanitário, fechar a porta e se sentar.

Queremos destacar ainda o fato de que a informação da implementação do “banheiro neutro” veio à tona por meio de uma denúncia feita por uma liderança sindical (tida como “progressista”) à um dos jornais da região. Na denúncia afirma-se que a decisão institucional não foi tomada de forma democrática e classifica a ação da reitoria (tida como “conservadora”) como “modismo” e “nada científica”. Outras lideranças sindicais nos dias que sucederam a primeira notícia se posicionaram, por meio de nota pública, de modo relativamente diferente: para essas a implementação do “banheiro neutro” é uma necessidade

democrática para a inclusão e proteção de pessoas trans, mas a implementação não foi uma atitude democrática por não ter sido debatida, o que, na visão desses, evitar-se-ia as polêmicas geradas. Há experiências em outras regiões que apontam para o fato de que a discussão por meio de debates institucionais antes da implementação não apenas deixa de enfrentar polêmicas como, inclusive, inviabiliza a implementação da iniciativa (FERRARI; BEZERRA; CASTRO, 2002; CERVI, et al., 2019).

Concluimos que as normas e as convenções de currículos e pedagogias culturais não são totalmente dribladas e contestadas pela implementação do “banheiro neutro”. Tal artefato também mantém a continuidade de significados que, por serem históricos, não são facilmente transformados. Ao mesmo tempo, a iniciativa deve ser vista como ampliadora de possibilidades de reconhecimento e inteligibilidade em contextos violentos para pessoas trans. Seja como for, a repercussão do currículo e da pedagogia aqui analisados indica o quanto esse artefato não é neutro nem em termos da política identitária envolvendo “sexo”, gênero e sexualidade; nem em termos da política universitária que envolve supostos “progressista” e “conservadores”. O currículo do “banheiro neutro” tem conceitos que rompem e, ao mesmo tempo, mantêm certa continuidade de sentidos em relação a “sexo”, gênero e sexualidade. A sua pedagogia organiza e executa aprendizados por meio de denúncias, polêmicas, reivindicações e contestações de diferentes agentes políticos.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, P. D. de; COSTA, M. V. Nos rastros do conceito de pedagogias culturais: invenção, disseminação e usos. **Educação em Revista**, Belo Horizonte. n. 33, p. 1-18, 2017.

BUTLER, J. “Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do ‘sexo’”. In: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 152-172.

CERVI, T. et al. O banheiro público como dispositivo de gênero. **Bagoas – Estudos gays: gênero e sexualidade**, Natal, v. 20, p. 326-363, 2019.

FERRARI, A.; BEZERRA, C.S.; CASTRO, R. P. Tensões e enfrentamentos na campanha “Libera o meu xixi” e a presença de pessoas trans na universidade. **Revista Diversidade e Educação**, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 21-45, 2020.

LAQUEUR, T. **Inventando o sexo: dos gregos ao Freud**. Rio De Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MEYER, D. E.; PARAÍSO, M. A. (Orgs). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.

MISKOLCI, R. **Desejos digitais: uma análise sociológica da busca por parceiros on-line**.

Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

NOVELI, M. Do off-line para o online: a netnografia como um método de pesquisa ou o que pode acontecer quando tentamos levar a etnografia para a Internet? **Metodista**, n. 12, São Bernardo do Campo, p. 107-133, 2010.

NUNES, J. B. C. Pesquisa Online. *In*: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO. **Ética e pesquisa em Educação**: subsídios. Rio de Janeiro, ANPED, 2019, p. 146 -154.

PRECIADO, B. “Lixo e Gênero, Mijar/Cagar, Masculino/Feminino”. Trad. de Davi Giordano e Helder Thiago Maia. **eRevista Performatus**, Inhumas, ano 7, n. 20, 2019.

PRECIADO, P. **Texto Junkie**: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. São Paulo: nº 1 edições, 2018.

SABAT, R. Pedagogia cultural, gênero e sexualidade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 04-21, 2001.

SILVA, T. T. da. **O currículo como fetiche**: a poética e a política do texto curricular. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

STEINBERG, S. R. Kindercultura: construção da infância pelas grandes corporações. *In*: SILVA, H. da; AZEVEDO, Jo. C.; SANTOS, E. S. dos. **Identidade Social e a Construção do Conhecimento**. Porto Alegre. Ed. Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre – Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1997, p. 98-145.